

Vitória do 'Centrão' põe em cena novos negociadores

Os atores de um grupo sem líder

BRASÍLIA — A derrota que o Centrão, agrupamento de parlamentares moderados e conservadores de vários partidos, impôs às esquerdas e aos líderes do PMDB na última quarta-feira, garantindo preferência para a votação de sua proposta de mudança do regimento interno da Constituinte, tirou momentaneamente de cena as lideranças formais dos partidos e introduziu novos atores no palco das negociações políticas.

Como se trata de um bloco parlamentar com posições tão heterogêneas que não consegue indicar um líder, pelo menos dez dos principais articuladores do Centrão passaram a assumir o papel de negociador. É com eles que a cúpula do PMDB, da qual participam Ulysses Guimarães, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, derrotados na primeira batalha do regimento, são obrigados a se entender, desde a semana passada.

Nascido de três frustrações — a insatisfação dos parlamentares com a dificuldade de atuar no plenário, a reclamação contra as lideranças tradicionais e a queixa de que a livre iniciativa saiu ferida no texto aprovado pela Comissão de Sistematização — o Centrão tirou da primeira vitória lição semelhante à que foi absorvida pelas esquerdas e a direção do PMDB: só há um caminho para se dar ao país uma nova Constituição, o da negociação. Nem os conservadores nem os progressistas têm maioria sólida para fazer valer suas posições em espetaculares batalhas de plenário. Na reta final da Constituinte, vão predominar as intermináveis conversas de bastidores em busca do entendimento.

"Não há outra saída. Todos estamos obrigados a negociar", diz o líder derrotado do PMDB, Mário Covas. "Ou há negociação, ou não há Constituição", avisa um dos principais integrantes do vitorioso Centrão, o deputado Expedito Machado (PMDB-CE). Se esta semana os dois lados, como é provável, fecharem o acordo que determina que qualquer matéria só será aprovada no plenário com 280 votos, poucos poderão deixar de levar a sério as advertências de Covas e Expedito.

Bater chapa — Entre os coordenadores do Centrão, ainda há quem acredite que será possível vencer batendo chapa no plenário, como o deputado José Lins. "Nós podemos perfeitamente chegar aos 280 votos a favor de todas as nossas emendas", afirma, confiando que os 271 constituintes que apoiaram o grupo na questão da reforma do regimento se multiplicarão na hora de definir a matéria constitucional. Nada garante isso.

O deputado Daso Coimbra, debruçado sobre a lista de parlamentares, desenhando com três cores, desde o início das articulações do grupo, as chances do Centrão na hora das votações: com caneta verde, sublinhou 291 nomes que considerava adesões certas; com azul, 65 que poderiam votar com as idéias do grupo; e com rosa 203 que não deveriam ser sequer consultados. Na votação de quarta-feira, o Centrão venceu por 271 votos a 223. Agora, Daso acha que pode contar com certos 250 votos. Os que faltam para completar os 280 votos necessários à aprovação de qualquer alteração no texto da Constituição virão, segundo ele, dos que estão marcados com tinta azul.

Como o projeto de Constituição tem 32 capítulos, repetir dezenas de vezes a mobilização dos últimos dias é um esforço que os mais experientes na tarefa de arrematamento sabem ser impossível. No final da semana, Daso, responsável pela convocação do Centrão para a batalha do regimento, desculpava-se por trocar nomes e números nas conversas: "É o cansaço. Não durmo direito há semanas".

Na avaliação da liderança do PMDB, há um equilíbrio numérico no plenário entre o bloco de centro-esquerda e os conservadores. Cada lado teria em torno de 180 votos relativamente seguros. O restante - ou seja, aproximadamente 200 - oscilaria, conforme o assunto em discussão, podendo pender majoritariamente para um lado ou para o outro.

Como os ausentes são sempre numerosos - na votação do regimento, nessa semana, por exemplo, apesar do clima de guerra faltaram nada menos de 65 parlamentares -, quem apostar no confronto como tática permanente colherá poucas vitórias. Provavelmente descobrirá a necessidade de negociar pela via dolorosa do impasse.

"Não tem jeito. Vai ter de haver muita negociação a cada ponto polêmico", garante o deputado Alcei Guerra (PFL-PR), da ala moderna do partido. O senador José Richa também confia no caminho do entendimento. "Na Sistematização, foram poucos os temas onde não houve em entendimento quando o problema podia ser resolvido na constituinte. A negociação só não avançou quando dependeu do Planalto", diz.

O otimismo do senador paranaense aponta-se também nos levantamentos feitos por sua assessoria. Dos 334 artigos do projeto de constituição, com centenas de parágrafos e incisos, apenas 31 questões deixaram de reunir um largo consenso na Sistematização, envolvendo esquerda, centro e direita.



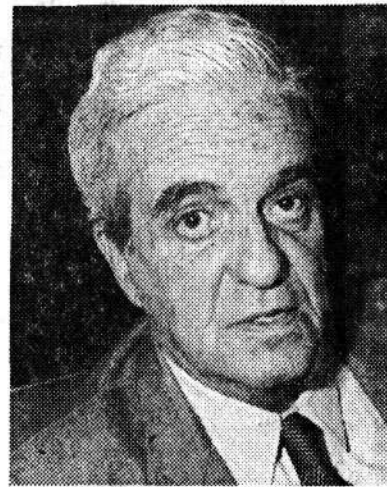
Daso Coimbra (61 anos, PMDB-RJ) — É o Oswald de Sousa do Centrão. Este médico e professor de geografia acabou revelando talento especial para prever resultado de votações. Define-se como um "carregador de lideranças": sonda as bancadas e orienta os líderes. Evangélico, tem uma fé cega nos números e no poder. Acertou na previsão da aprovação do divórcio. Errou ao prever a vitória de Paulo Maluf na eleição de Tancredo Neves e na aprovação do mandato de quatro anos para Sarney. Armazena seus dados em computador. Descobre até mesmo constituintes em trânsito pelo aeroporto, como fez ao denunciar a fuga do senador José Agripino Maia (PFL-RN), na votação de quarta-feira.



Roberto Cardoso Alves (60 anos, PMDB-SP) — Codinome *Robertão*, é o guerrilheiro menos clandestino do Centrão. Nunca esconde suas opiniões conservadoras, sempre em voz alta, no plenário, nos corredores, no cafezinho da Constituinte. É tão veemente e nervoso nas suas posições que os amigos evitam dar-lhe a tribuna, para não prejudicar a imagem do grupo. É temido como tropa de choque em volta do microfone de apertar e respeitado como articulador de adesões. Agricultor de profissão, fica vermelho de raiva quando o assunto é reforma agrária. Quando o dedo em riste não funciona, apela para o tapa sem constrangimento. Companheiros do Centrão tentam fazer com que ele fique manso agora. É o favorito da UDR.



Ricardo Fiúza (48 anos, PFL-PE) — Outro nome temido dos pesos pesados do Centrão. Na Constituinte, com ajuda do então ministro Marco Maciel, conseguiu o posto de relator na Subcomissão de Defesa do Estado, que lhe garantiu prestígio entre os militares. Três coronéis da assessoria parlamentar do Exército frequentavam sua casa, ajudando na preparação do texto que agradau a todas as Forças Armadas. Cultiva em casa um precioso arquivo com 600 mil fichas dos principais personagens da política nacional, dentro e fora da Constituinte. É bom no grito e decisivo na preparação das emendas que representam o pensamento do grupo.



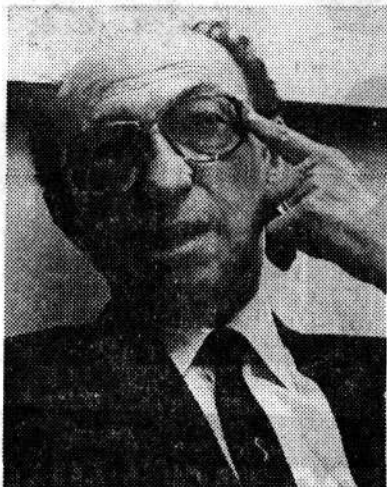
Amaral Neto (66 anos, PDS-RJ) — A direita assumida da Constituinte. Jornalista inflamado, afiou o estilo como líder de Carlos Lacerda no governo da Guanabara. Defensor obsessivo da pena de morte, viu sua idéia condenada em todas as instâncias do Congresso e da Constituinte. Sua idéia fixa, agora, é exterminar com a esquerda na votação final da Constituição, tarefa que parece menos impossível. Inimigo da negociação, defende sempre o rolo compressor da direita. Está em estado de graça com a aparição do Centrão. Diz desaforos no plenário e nos restaurantes da cidade. Não perdoa os comunistas e muito menos os moderados do Centrão que insistem em negociar. É o Urutu do Centrão.



Luís Eduardo Magalhães (32 anos, PFL-BA) — Chegou a Brasília apenas como filho de Antonio Carlos Magalhães. Hoje, já consegue ter luz própria. Alinhado, com brilho de gelos e cabelos e trajando sempre ternos escuros, Luís Eduardo mantém a elegância na imagem e na política. Um dos primeiros a aderir ao Centrão, junto com *Robertão*, atraiu muita gente com a força do sobrenome e o vigor dos argumentos. Estreando no plano federal, surpreendeu os mais velhos pelo jogo de cintura, pouco comum em gente de sua idade e ascendência. Convenceu Amaral Neto a negociar com a esquerda do PMDB o adiamento da votação do regimento. "Ele nem parece filho do ACM", elogiou o líder do PDS.



Gastone Righi (51 anos, PTB-SP) — A marca registrada do PTB no Centrão. A barba cresceu, depois que passou de deputado cassado pelo AI-5 junto com Márcio Moreira Alves, para a liderança populista de direita da Nova República. Defende os trabalhadores nas coisas miúdas, mas fecha sempre com o governo e contra a reforma agrária. Continua janista, apesar de tudo. Foi no seu gabinete, de líder do PTB, que ele e *Robertão* conceberam o embrião do Centrão. Joga de tabelinha com o líder do governo, Carlos Sant'Anna. Está cada vez mais próximo do projeto mais pragmático do seu partido: um ministério para o PTB.



José Lins (67 anos, PFL-CE) — Engenheiro, calmo e afável, levou para a Constituinte sua experiência como superintendente da Sudene: é seco no terreno quente do plenário e torrencial na tarefa burocrática de gabinete. É pouco objetivo ao microfone, mas é copioso e fecundo na elaboração de emendas que irrigam o programa do Centrão. Impávido como um cactus na presidência da Comissão da Ordem Econômica, deixou a esquerda se retirar do plenário para aprovar a reforma agrária dos seus sonhos. Defendeu desapropriações pagas à vista e em dinheiro. Não perdeu a pose, no meio do tumulto, nem quando levou um tapa.



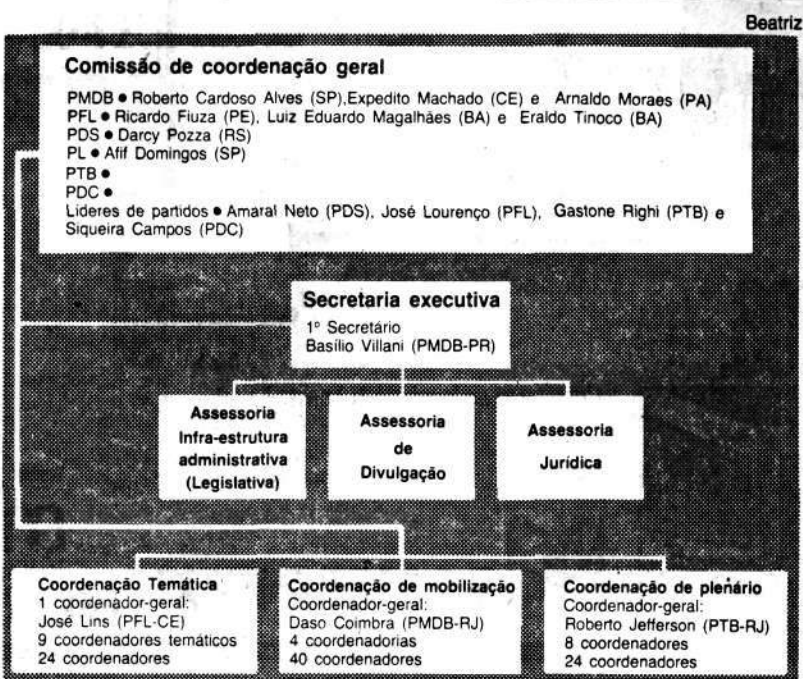
Bonifácio de Andrada (57 anos, PDS-MG) — Sexta geração dos Andradas no parlamento brasileiro, é o retrato em negativo do pai, impetuoso e radical, o "Zezinho" Bonifácio do Governo Geisel. É calmo, tranquilo e caminha ainda mais lento com a inseparável bengala que lhe dá o ar grave da história. A calvície se mantém imutável, desde o Império, assim como sua fé no parlamentarismo. Com o ar de quem sabe o que diz, alertava seus colegas constituintes para o perigo de uma nova Marquesa de Santos, segundo ele, o primeiro lobby no país que conseguiu desestabilizar a Constituinte de Dom Pedro I. *Andradinha*, para os íntimos é um dos maiores conhecedores das leis que regem o Congresso e a Constituinte. É o astro discreto de seu Centrão que se destaca mais por seus radicais.



Basílio Villani (47 anos, PMDB-PR) — Era funcionário graduado de um grupo financeiro e quase ficou de fora da Constituinte: respondeu a impugnação na Justiça Eleitoral por abuso de poder econômico na campanha eleitoral. Mas logo achou seu lugar, usando o talento de professor de Organização e Método. Expedito Machado organizou o Centro Democrático dentro do PMDB, para apoiar Sarney, e convocou Villani para dar ordem ao grupo. Era ele quem cuidava da ata, contabilizando as adesões. O rendimento foi tão bom que na ausência de hierarquia do Centrão Villani ocupa uma estratégica secretaria-executiva, tentando organizar o caos da maioria conservadora. É o burocrata que nunca aparece na história, mas a torna viável.



Francisco Dornelles (52 anos, PFL-RJ) — Leão da receita no regime militar e ministro da Fazenda na Nova República, Dornelles hoje está de mal com os seus. Aprendeu a fazer suas próprias deduções, na política, e desprezou rendimentos automáticos para não se submeter ao alinhamento do Centrão. Deu um pito no senador Albano Franco, pelo voto equivocado a favor do monopólio da distribuição do petróleo e levou uma bronca, de troco, de *Robertão* por não ter apoiado o projeto do Centrão no grande dia da vitória. É mais respeitado na ala esquerda da Constituinte do que na direita. Os radicais do Centrão não gostam dele. Mas o empresariado gosta.



É tão complicada convivência das correntes abrigadas sob a denominação de Centrão que o organograma preparado pelo 1º secretário do grupo, deputado Basílio Villani, prevê mais de 100 funções para os 327 deputados e senadores que assinaram o documento que os uniu pela primeira vez. A secretaria executiva, que já conta com 8 funcionários, ganhará mais corpo a partir de agora, com a implantação de assessorias administrativa, jurídica e de divulgação. O Centrão tomará jeito de partido, sem poder atuar como tal. Tanto que na sua comissão de coordenação geral incluiu os integrantes que exercem formalmente liderança de partido. Esses líderes, como Amaral Neto, José Lourenço, Gas-

tone Righi e Siqueira Campos, são a sua voz no plenário da Constituinte: como só eles têm direito de subir à tribuna para falar em nome de grupos, o Centrão os usa para dizer o que pensa. Eles pretendem atuar na reta final da Constituinte com três preocupações: enxugar o texto constitucional, remetendo detalhes para a legislação ordinária; defender a livre iniciativa; e corrigir o besteiral aprovado pela Comissão de Sistematização — como o do artigo 87, que fixa em 11 o número de ministros do Tribunal de Contas da União e ordena que a escolha de um terço deles caiba ao presidente da República e dois terços ao Congresso. Ou seja, o presidente escolhe 3,7 ministros; o Congresso, 7,3.

Como entender a linguagem do plenário

Projeto Constitucional — É o projeto da Constituição que foi aprovado pela Comissão de Sistematização. Possui 334 artigos, divididos em nove títulos, dos quais 271 fazem das disposições permanentes e 63 integram as disposições transitórias. Esse é o projeto que será votado pelo plenário da Constituinte, que vai transformá-lo na nova Constituição.

Emenda — Qualquer constituinte pode fazer propostas que modifiquem artigos do projeto constitucional. A Mesa estuda a possibilidade de cada parlamentar apresentar três propostas de mudança a itens do projeto. Essas propostas são chamadas de emendas e podem adicionar, suprimir ou modificar.

Substitutivo — Quando uma emenda atinge mais de um artigo de um mesmo dispositivo do projeto, e modifica completamente o que está proposto, ela é chamada de emenda substitutiva. Pelo regimento atual, não é permitida a apresentação de substitutivos que envolvam mais de um artigo. O Centrão quer apresentar substitutivos, com apoio de 280 constituintes, a títulos, capítulos e seções do projeto.

Destaque — Depois que as emendas são apresentadas, o relator Bernardo Cabral terá um prazo de cinco dias para estudar cada uma e decidir se aceitará ou não a sugestão. Se aceitar, ela será incorporada ao projeto constitucional; caso contrário, seu autor poderá pedir que seja votada com destaque. Ou seja, depois de aprovado o projeto, o plenário decide se quer ou não incluir a proposta no texto. O regimento atual prevê que qualquer constituinte pode pedir destaque para votar qualquer emenda, mesmo que não seja a sua. A Mesa propõe que cada destaque deva ser assinado por seis constituintes e cada constituinte poderá assinar seis destaques.

Preferência — Depois de destacada a emenda que deve ser votada após aprovação do projeto, é possível pedir preferência para que esse destaque seja

votado antes de qualquer outro que trate do mesmo assunto. O regimento atual diz que qualquer parlamentar pode pedir preferência, a qual, para ser aceita, deve ser votada pelo plenário. O Centrão diz que qualquer emenda que for apresentada por 280 constituintes terá preferência natural para votação. A Mesa exige que 56 constituintes assinem um pedido de preferência, mas terá prioridade a que tiver maior número de assinaturas. A proposta em negociação é que a preferência deve ser subscrita por 187 constituintes, e para que seja aprovada deve receber os votos em plenário de 280 parlamentares.

Majoria simples — O regimento da Constituinte nada diz sobre votação por maioria simples, utilizada nos trabalhos parlamentares comuns. Um assunto é aprovado por maioria simples quando não se requerem metade mais um dos votos para sua aprovação, desde que esteja presente, no mínimo, a maioria absoluta — no caso da Constituinte, 280 dos 559 parlamentares, a metade mais um. Estando presentes 280 parlamentares, qualquer maioria aprova o assunto. O pedido para que a proposta do Centrão que altera o regimento tivesse preferência sobre a da Mesa foi aprovada por maioria simples — 271 votos.

Majoria absoluta — É o quórum para votar qualquer item do projeto. Pelo regimento, para modificar algum artigo do projeto aprovado na Comissão de Sistematização são necessários 280 votos — a maioria absoluta dos constituintes. O Centrão quer que qualquer artigo que recebeu destaque precise também de 280 votos para ser reincorporado ao texto constitucional.

Regimento — São as regras que organizam os trabalhos constitucionais. O regimento que está em vigor foi aprovado em abril e regulou as fases das 24 subcomissões, das oito comissões e da Comissão de Sistematização. Pelo regimento, não seria mais possível a nenhum

constituinte apresentar novas emendas e só se poderia pedir destaque para votar emendas já apresentadas nas demais fases da Constituinte. A Mesa prevê a possibilidade de abertura de prazo para apresentação de novas emendas. A mudança do regimento proposta pelo Centrão pode anular todo o trabalho realizado até agora, porque exige que seja ratificado por 280 votos tudo o que foi aprovado na Sistematização.

Título — O projeto da Constituição tem nove títulos, sendo oito de disposições permanentes e um de disposições transitórias. Cada título refere-se a um item da organização social, do Estado, do indivíduo ou da economia do país. O Título VIII, por exemplo, trata da Ordem Social e se divide em oito capítulos.

Capítulo — Divide o título. Na Ordem Social, os capítulos são, por exemplo, da Seguridade Social, da Educação e Cultura, da Comunicação, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente, da Família, da Criança, do Adolescente e do Idosos e dos Índios. Os capítulos podem ainda ser subdivididos em seções.

Seção — Faz a divisão do capítulo. O capítulo da Seguridade Social, por exemplo é dividido em três seções: da Saúde, da Previdência Social e da Assistência Social.

Disposições permanentes — É o texto da Constituição que determina as regras definitivas, que só poderão ser modificadas pelo Congresso. Por exemplo, no projeto constitucional está previsto que o mandato do presidente da República é de cinco anos.

Disposições transitórias — São determinações que cessam com o tempo. Para exemplificar, nas disposições transitórias do projeto está previsto que o mandato do presidente Sarney será de quatro anos e que seu sucessor deve ser eleito 90 dias antes da posse, que ocorrerá em 15 de março de 1989. Esse artigo deixará de existir no dia da posse do novo presidente.